

SECA, MIGRAÇÃO E VINCULAÇÕES COM A “INDÚSTRIA DA SECA”: a Comissão de Socorros Públicos no Piauí Imperial (1877- 1879)

Francisco Gleison da Costa Monteiro¹
Lucas Clementino Feitosa Pinheiro²

Artigo recebido em: 19/01/2025.

Artigo aceito em: 06/05/2025.

RESUMO:

Este artigo analisou a atuação da Comissão de Socorros Públicos do Piauí durante a seca de 1877-1879, um dos períodos mais catastróficos na História do Brasil. Baseado nas seguintes fontes: Comissões de socorros Públicos do Piauí, relatórios dos presidentes da Província do Piauí, periódico *A Imprensa* e *Annaes do Senado Imperial*. O estudo destacou como a escassez de chuvas provocou uma crise migratória e social, expondo as limitações da administração pública em lidar com calamidades. Discutimos a distribuição de recursos, as desigualdades regionais e os efeitos da corrupção, além de estratégias como núcleos coloniais e obras públicas. Ao situar a seca como um fenômeno social e não apenas climático, o texto contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas econômicas, políticas e sociais no Brasil imperial.

PALAVRAS-CHAVE: Seca; Comissão de Socorros Públicos; Piauí; Migrantes.

Drought, Migration and “drought industry”: The Public Aid Commission in Imperial Piauí (1877-1879)

ABSTRACT:

This article analyzed the actions of the Public Relief Commission of Piauí during the drought of 1877-1879, one of the most catastrophic periods in the History of Brazil. Based on the following sources: Public Relief Commissions of Piauí, reports from the presidents of the Province of Piauí, the periodical *Imprensa*, and the *Annals of the Imperial Senate*. The study highlighted how the lack of rainfall caused a migratory and social crisis, exposing the limitations of public administration in dealing with calamities. We discussed the distribution of resources, regional inequalities, and the

¹ Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6416323751938583>.

² Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação de História do Brasil da UFPI (PPGHB) no campus Ministro Petrônio Portela (UFPI). O discente também é bolsista pela CAPES. E-mail: luscasfeitosa@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1144180611166538>.

effects of corruption, as well as strategies such as colonial nuclei and public works. By situating drought as a social phenomenon and not just a climatic one, the text contributes to a broader understanding of the economic, political, and social dynamics in imperial Brazil.

KEYWORDS: Drought; Public Relief Commission; Piauí; Migrants.

1. Introdução

A relevância histórica e social de temas relacionados a processos políticos e econômicos no Brasil ao longo do século XIX constitui um campo de estudo indispensável para a compreensão das estruturas que moldaram o país. O contexto abordado neste texto insere-se em um período de intensas transformações, marcadas pela transição de um modelo colonial para a consolidação de uma economia independente e pela formação de uma identidade nacional a partir de aspectos políticos, socioculturais e econômicos.

No centro desse panorama, destacam-se questões vinculadas à expansão das cidades, às dinâmicas de arrecadação e distribuição de recursos e às estruturas de poder vigentes. Ao expor algumas localidades que expressam as relações de poder, possibilita compreender as dinâmicas regionais muitas vezes contrapondo ou complementando as tendências nacionais. O exame dos valores atribuídos a essas localidades, conforme detalhado no documento da Comissão de Socorros Públicos do Piauí, apresenta uma janela para explorar as desigualdades econômicas e a organização sociopolítica da época.

O estudo sobre as localidades e as respectivas experiências representam mais do que uma simples avaliação numérica. Aponta caminho para reflexões sobre a concentração de recursos, os impactos das políticas públicas regionais e as prioridades administrativas em um período importante na História do Brasil. Metodologicamente, o texto foi baseado em uma análise documental crítica, fundamentada em fontes históricas primárias e secundárias, algumas delas disponíveis na Hemeroteca Digital, outras disponíveis no Arquivo Público do Piauí, são elas: Comissões de Socorros Públicos do Piauí, periódico a *Imprensa*, *Annaes do Senado Imperial* e relatórios dos presidentes da Província do Piauí. Estas são suporte para a interpretação das

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21.1, n. 1, ISSN 1984-817X [135]

informações apresentadas. Além disso, o estudo considerou o contexto mais amplo brasileiro, dialogando com teoria da história (a micro história italiana de Carlo Ginzburg e a chamada história vista de baixo de Thompson) para estabelecer conexões entre os aspectos locais e nacionais.

2. Entre a calamidade e a política: a atuação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí

As catástrofes naturais acompanham o ser humano desde as origens, com populações muito impactadas diante de mudanças bruscas no clima, solo, vegetação, etc., todavia, com o avanço tecnológico e com o maior conhecimento acerca da Natureza, essas catástrofes foram cada vez mais sendo previstas, mas dificilmente evitadas. Na atualidade existem satélites mapeando determinadas regiões prevendo o surgimento de alguma catástrofe natural em uma determinada localidade, no entanto, o máximo que podem fazer é alertar a população daquela região para evacuarem.

Muitos se perguntam como o ser humano, no auge da inserção na era da tecnologia, ainda não conseguiu parar a força da Natureza, mesmo conseguindo prevê-la. Muitos atribuem isso aos castigos divinos; outros atribuem isso à ganância do ser humano que, mesmo percebendo que a exploração da terra está provocando danos irreparáveis para a humanidade, continuam ignorando os sinais que a Terra vem apresentando.

Por que começamos este artigo com essa reflexão no presente para falarmos da seca de 1877-1879 e da Comissão de Socorros Públicos do Piauí? A resposta é simples: a catástrofe daquele período teve um caráter peculiar, chamando a atenção de estudiosos acerca da temática. Quando nos referimos a seca, logo vem à mente a ausência de chuvas, desertos, clima semiárido, migrações, fome e morte. Porém, ao se debruçar sobre a citada seca, percebemos que não devemos analisar a seca pela seca (olhar somente para os aspectos climáticos). Sendo necessário analisar a problemática à luz da história social, pois nossa preocupação é com a história dos migrantes e trabalhadores livres.

A seca supracitada neste texto não afetou todo o extenso território do Piauí. Os autores Manuel Domingos Neto e Geraldo de Almeida Borges (1983) na obra *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense* escreveram:

No Piauí, há casos de municípios que sofrem de forma notória estas irregularidades: enquanto que alguns agricultores têm a produção garantida, seus vizinhos, com as mesmas culturas e na mesma época, vêm suas plantações perdidas. Estes casos, na maioria das vezes, não se tornam conhecidos do público externo ao município devido ao interesse dos agricultores e das lideranças políticas locais na obtenção dos benefícios dos programas de emergência. Neste sentido, prefere-se apresentar o município todo em estado de calamidade, conforme foi esclarecido por uma mesa-redonda de técnicos, agricultores e líderes políticos que organizamos em São Miguel do Tapuio. (Domingos Neto; Borges, 1983, p. 30)

Durante três anos, ocorreu uma ausência de chuvas em determinadas localidades, provocando uma emigração em massa de diversos sujeitos partindo do interior para a capital e até a outros Estados. A historiadora Maria Mafalda Balduino de Araújo no livro *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí* (1991), também com o que os autores de a “Seca seculorum” afirmaram e para além, argumentou não ser possível atribuir toda a culpa das secas às questões climáticas, desconsiderando o problema social, como, por exemplo, a economia.

Sendo mais preciso, pode-se afirmar que a “seca” no espaço nordestino foi gerada, basicamente, no ventre do sistema gado-algodão. Por isso mesmo, ela deve ser entendida, sobretudo como um fenômeno social, resultante do modo como o homem organizou o seu espaço. (Araújo, 1991, 8)

Mais recentemente, o historiador Márcio Douglas de Carvalho e Silva (2024) se debruçou sobre a temática, contribuindo nos estudos de pesquisadores e entusiastas na área, na qual também escreveu:

Ao longo dos anos, principalmente após 1877, as secas parecem terem sido naturalizadas no imaginário da população sertaneja como uma ameaça constante, dada a sua imprevisibilidade, contra ela e aos seus efeitos, dever-se-ia lutar incessantemente, mesmo que ao fim de cada seca os prejuízos humanos e materiais fosse sempre significativos. Fazendo parte do ritmo natural da vida, a intensa falta de chuva surgia em momentos que a natureza resguardava-se de oferecer a sua sorte aos sertanejos [...]. A natureza, nesse caso, assume [...] o papel de responsável pelos malefícios que a ausência de chuvas trazia à população, esvaindo-se o Estado da responsabilidade de prover a estrutura necessária e antecipar as ações que

barrassem os efeitos da secas quando da sua chegada. (Silva, 2024, p. 178-179)

Tabela 1: Registros das secas no Brasil ao longo dos séculos

Século 16	Século 17	Século 18	Século 19	Século 20	Século 21
1553	1603	1709-11	1803-04	1900	2001-02
1559	1606	1720-27	1808-10	1903-04	2005
1583	1614-15	1730	1816-17	1907	2007-08
1587	1645	1732	1824-25	1909-10	2010
	1652	1734-37	1827	1914-15	2012-17
	1692-93	1744-48	1830-33	1917	
		1751	1835-37	1919	
		1754	1842	1921-22	
		1760	1844-47	1930	
		1766	1877-79	1932-37	
		1771-72	1888-89	1941-45	
		1776-78	1891	1951-54	
		1782-84	1898	1958-59	
		1790-94		1962-64	
				1966	
				1970	
				1976	
				1979-83	
				1986-87	
				1992-93	

Fonte: Magalhães et al., 1988; Marengo et al., 2017; Melo, 2016; DNOCS et al., 1985.

O período da seca que estamos analisando ocorreu no século XIX e nessa época ocorreram diversas secas, mas a de 1877 a 1879 com maior notoriedade não somente pelo caráter catastrófico, mas, também pelo registro de pessoas em trânsitos, **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21.1, n. 1, ISSN 1984-817X [138]

uma migração contínua. Isso chamou a atenção da população local, provocando temor e uma série de notícias nos periódicos narrando o estado de calamidade pública em algumas províncias na atual região do Norte: “Nesse processo, a imprensa deu grande contributo para mostrar à própria elite regional, que a seca era capaz de provocar a mobilização da opinião pública em todo o país”. (Silva, 2024, p. 183).

Algumas catástrofes não podem ser evitadas, mas amenizadas com o auxílio de açudes, distribuição de água, uma rede de água encanada em casa, uma infraestrutura não dependendo somente das chuvas, e quando elencamos essas soluções estamos destacando a problemática da seca que é um problema persistente até os dias atuais, como percebemos na Tabela 1, na qual os autores mapearam os registros das secas no Brasil ao longo dos séculos.

Observando os registros do século XIX, notamos uma recorrência dessas secas e também percebemos que as autoridades públicas demoraram para perceber que o reaparecimento dessa problemática provocaria o estado de calamidade pública enquanto que o governo não buscasse alguma solução dirimindo os danos provocados pela seca. Foi somente no século XIX com a construção do Açude do Cedro supervisionada pelo engenheiro Revy tendo como objetivo “que a obra do açude de Quixadá melhorasse significativamente a agricultura e a vida dos camponeses cearenses, sendo qualificada por este como algo inédito na América”. (Monteiro, 2020, p. 5).

A Comissão de Socorros Públicos estava prevista desde a Constituição de 1824 e no artigo 179º, inciso XXXI, enfatizando: “A Constituição também garante os Socorros Públicos.”³ Ou seja, estas surgiram diante de calamidades públicas para socorrer aos mais necessitados e auxiliar as províncias. Portanto, as Comissões de Socorros Públicos existiam antes mesmo da seca de 1877-1879.

³ BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 16 jan., 2025.

Em 1877, a seca no Piauí apontava que a região seria afetada com mais intensidade, tanto no tocante às questões climáticas quanto em relação às migrações vindas do Ceará no período de 1877-1879. Assim, ao nos debruçarmos sobre os relatórios dos presidentes da Província naquele período, captamos um certo desespero dos dirigentes, tendo em vista que estes tinham notícias acerca da situação do Ceará, que foi uma das províncias mais afetadas na então chamada região Norte do Brasil.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em sessão extraordinária no início de junho em 1877, o Presidente afirmava:

É bastante grave a crise, que atravessa esta província com os rigores de uma secca, que muito tem affligido a algumas outras províncias do Império. Annunciando-vos tão lamentável acontecimento, devo assegurar-vos, que tenho empregado os meios convenientes em ordem a evitar funestos resultados, como, quase sempre, são os, que semelhante mal produz entre as classes desvalidas e de poucos recursos. Em algumas comarcas, e principalmente em Príncipe-Imperial e Independência, a secca começou com imensa força, anunciando, assim, um futuro contristador. Tenho nomeado comissões nos lugares, em que o mal se há manifestado, incumbindo as não só da aquisição de donativos, como da distribuição dos socorros precisos, que fiz enviar, para que, sob minha responsabilidade, tive de abrir créditos na importância total de oito conto de reis. Pretendo ainda abrir outros a fim de prevenir com acumulação de gêneros de primeira necessidade em diversos pontos da província embaraços futuros quanto aos socorros, que careçam aquellos, que se acharem em circunstâncias de merece-los.⁴

Assim, no que se referia aos mantimentos que tanto o Presidente estava preocupado, pois os registros oficiais sinalizavam a chegada de vários migrantes e com a carência dos gêneros prevendo que esgotaria rapidamente os depósitos alimentícios. Ou seja, a região teria que se preparar logisticamente para receber o contingente. No entanto,

É certo que o impacto significativo causado pela chegada dos cearenses ao Piauí não pode ser descartado, mas não se deve atribuir unicamente a eles a escassez de alimentos, muito menos a fome generalizada que se estabeleceu em muitas localidades. Algumas vilas piauienses, é certo, quando apontou a seca de 1877, tinham mantimentos que seriam

⁴ RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 01.06.1877. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

suficientes para alimentação local por algum tempo, mas dificilmente para sustentar uma seca de três anos. (Silva, 2024, p. 324)

Mas, vincular os migrantes à causa da situação de calamidade pública no Piauí naquele período era isentar o que provocou a situação. Por exemplo, a economia do Piauí era diminuta e constantemente a Província enfrentava problemas.

A economia do Piauí era quase sempre cambaleante e frequentemente enfrentava déficits, o que impedia de abrir grandes créditos para socorrer os migrantes. O comércio também era reduzido. As exportações eram dependentes das oscilações do mercado externo (...) apontar os cearenses como únicos produtores do “drama” piauiense é analisar toda uma conjuntura de maneira simplificada (Silva, 2024, p. 325)

Na Vila Príncipe Imperial, uma das primeiras afetadas pela seca e uma das principais portas de entradas dos cearenses, em 1878 um abaixo-assinado dos moradores naquela localidade, pediam ajuda descrevendo um pouco do cenário no qual os cuidados com o gado e a pastagem se tornou uma das principais inquietações, pois os moradores dependiam da criação bovina.

Faltando inteiramente as chuvas no anno próximo passado e neste tendo apparecido poucas, que nem criaram pastagem e nem seguram legumes, se bem que á falta de sementes fasem poucos os que plantarão, não podia aquelle termo essencialmente creador, deixar de sofrer horriavelmente. De feito, o gado vaccum e cavallar morreu a extinguir-se e o que va sendo preservado da secca, não escapou a voracidade dos famintos e ladroes, que fizerão dos gados bens communs, sem que os proprietarios pudessem evitar. Alguns moradores relataram seus gados para diverços pontos desta provincia, fazendo uma grande despesa, e alem de terem perdido mais da metade, o que escapou com as primeiras chuvas que houveram este anno, vão sendo consumidos por bandos armados que se emboscão naqueles lugares por onde o gado tem de passar.⁵

Além disso, muitos dos migrantes recorreram às plantas silvestres como forma de alimentação, mas alguns vieram a óbitos e vários outros ficaram doentes intoxicados com as plantas. Para fugir da inanição, boa parte dos indivíduos fugindo da seca, buscavam práticas que podemos entender como estratégias de sobrevivência.

As destinações de verbas por meio das Comissões de Socorros Públicos iniciaram ainda em 1877, como demonstrado no relatório apresentado pelo Presidente

⁵ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 16 de abril de 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

da Província. No documento analisado existe uma tabela na qual o Presidente citou como foi a repartição de 30:00\$000 réis entre as seguintes vilas:

Tabela 2: Créditos abertos para distribuição de despesas para as comissões

Localidades	Valor (Réis)
Therezina	8:823\$727
Príncipe-Imperial	1:750\$000
Independencia	1:750\$000
Parnaíba	2:000\$000
Piracuruca	1:500\$000
Pedro 2º	2:000\$000
Campo-Maior	1:500\$000
Oeiras	4:000\$000
Amarante	2:000\$000
Valença	1:000\$000
Barras	1:500\$000
Jaicós	1:500\$000
Total	29:323\$727

Fonte: Relatório do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Baptista em 15.08.1877.

É engano imaginar que essas verbas foram repassadas de forma imediata e chegaram aos mais necessitados na totalidade. Constatamos, ao observar a tabela e a datação, que houve um plano orçamentário para atender as vilas afetadas, tanto pela seca como pelas ondas migratórias. Além disso, o repasse maior do valor foi para a capital Teresina. E, possivelmente, esse valor em comparação com os outros repasses foi porque Teresina seria o destino principal dos migrantes e que necessitava de maior ajuda. Também podemos argumentar que Teresina estava com as finanças em *déficit*. Logo, aproveitaram o momento para tentar solucionar o problema. Além do mais, o Piauí disputava verbas com outras províncias, dificultando ainda mais a situação.

No entanto, a liberação destas verbas não ocorreu de forma imediata e simples. Criaram prolongadas discussões que retardaram a liberação das

verbas assistencialistas. O deputado Coelho Rodrigues, que representava a província do Piauí na época, não concordou com a aprovação do projeto nº 86-A, de 1877, que solicitava ao governo geral a aplicação de 2:000:000\$ em outras províncias, não incluindo o Piauí. (Gonçalves, 2022, p. 89)

Diante disso, sabemos que não houve uma ação prática para solucionar a raiz do problema. Ocorreram tentativas para remediar as problemáticas causadas pelas secas. E uma das soluções foi usar a Comissão de Socorros Públicos, com o objetivo de ajudar aqueles assolados pelas secas. No entanto, essas comissões não atuavam somente para atenuar os danos provocados pela seca.

Os Socorros Públicos eram permitidos pela Constituição brasileira. Ao longo do tempo foram ativados em situações calamitosas para auxiliar a população, sendo amplamente utilizados nas províncias do Norte durante as secas periódicas que atingiram a região no decorrer do período monárquico. Essa era uma garantia constitucional desde que o município ou província não tivessem mais recursos para sustentar as suas necessidades imediatas (Silva, 2024, p. 198)

As comissões poderiam atuar enviando alimentos, roupas, remédios e verbas. Eram inúmeros os pedidos de socorros de diversas províncias. Em relação à Província do Piauí, os pedidos de socorros partiram de várias vilas (Oeiras, Amarração, Parnaíba, Picos, Jaicós, Valença, Amarante, para citar algumas comarcas). Além disso, houve doações que partiram do Rio de Janeiro para o Ceará.

Com essa finalidade, foi realizada a “A festa de caridade”, em junho de 1877, no teatro São Luís, no Rio de Janeiro, onde, senhoras movidas pela solidariedade, executaram algumas apresentações compostas por encenação, coro e recitação de um poema de autoria de uma das participantes do evento, a senhora Adelina Lopes Vieras, intitulado “A festa da caridade”. (Silva, 2024, p. 180)

Doações e caridades também ocorriam naquele cenário no Piauí, mas algumas delas com um falso assistencialismo se aproveitando dessa grande massa de migrantes transitando pela região em busca de um local para sobreviver, porque exploravam as forças de trabalho, tanto nos núcleos coloniais, quanto nas obras públicas. Os núcleos coloniais foram um acordo acertado entre o presidente provincial e os fazendeiros locais, planejados nos interiores das fazendas, servindo para receber os migrantes, sobretudo, aqueles perambulando na capital do Piauí. Com o objetivo de tirar essa população pobre do centro, as autoridades fizeram o acordo

com os fazendeiros (tidos, neste ato, como contratantes) que disputavam os migrantes para realizarem atividades nesses núcleos coloniais. Assim,

No Piauí, o engajamento nos núcleos coloniais, inicialmente, foi mais proveitoso do que nas obras públicas. Durante os três anos sem chuvas, os meios intervencionistas de socorros eram exercidos pelo Governo do Piauí, em alguns momentos, por liberais e em outros por conservadores, mas sempre feitos de forma conjunta com proprietários rurais que obtinham inúmeras vantagens explorando a mão de obra barata dos migrantes. Os benefícios eram tantos que proprietários de fazendas sugeriram ao Governo a criação de núcleos coloniais em suas propriedades para abrigar os retirantes, ficando esses núcleos sob a administração dos proprietários e os custeios sob a responsabilidade do Governo. (Gonçalves, 2022, p. 76)

A instauração era de uma falsa assistência com os retirantes explorados no cotidiano do trabalho dos núcleos. Ao analisar a documentação das Comissões de Socorros do Piauí nos deparamos com uma lista de nomes, datada em abril de 1878, onde aparece nominalmente o retirante e o núcleo ao qual pertencem. Isso era afirmado nos contratos e havia uma troca de proveitos de ambos os lados. Vejamos:

Esta comissão tem a honra de passar as mãos de V. Exa as setes copiais juntas dos termos de contratos celebrados pela mesma, de conformidade com [suposto] no officio de V. Exa de 21 de março último, com os cidadãos Miguel Sousa Borges Leal Castello Branco, José Ferreira de Vasconcellos, Marianno Gil Castello Branco, [??] Ferreira Mello, Raymundo [??] e Almeida, Raymundo [??] de Vasconcellos e Antônio Martins [??], o estabelecimento de núcleos de emigrantes cearenses e desta província⁶

No registro supracitado aparecem os principais proprietários dos núcleos e a celebração dos contratos era a transferência de responsabilidades das autoridades provinciais para os contratantes. Embora as despesas de alimentação fossem arcadas pela Comissão de Socorros, cabia aos contratantes “ocupar” os retirantes e tirá-los do centro urbano.

Noutro registro, encontramos uma solicitação de contratos a ser firmado com aqueles interessados. Assim, expressando a intenção das propostas de cartas fechadas datadas em janeiro de 1879 em Teresina: “A Comissão de Socorros precisa

⁶ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

de contratos para o fornecimento dos emigrantes e desvalidos desta Capital – Carne verde de boa qualidade”⁷. Ficando explícita a ação orquestrada entre as comissões e os produtores de carnes e outros gêneros, de comprarem sempre dos mesmos fazendeiros certamente, fazendo parte do mesmo grupo político.

Percebemos, então, todo um jogo de interesses entre contratantes e contratados e que, muitas vezes, se firmava uma rede de politicagem entre os fazendeiros e os responsáveis pela Comissão de Socorros Públicos no Piauí, na qual muitos destes pertenciam à elite, provocando uma não distinção do que era público e privado. O texto *A Casa e Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista* de Carla Maria de Carvalho Almeida (2014) apresenta essa prática de paternalismo que era “a ordem do dia” no Brasil imperial.

No meu entendimento, justamente por não estar clara a distinção entre o que era da coletividade (ou público) e o que se definia como âmbito privado é que a noção de auto-governo pode nos ajudar a compreender o comportamento dos homens que integravam os grupos de elite nesta sociedade. (Almeida, 2014, p. 43)

Essa não distinção resultava em vexames ainda maiores para as pessoas necessitando de ajudas que a Comissão de Socorros poderia propiciar. O exemplo citado também serve para interpretarmos essa prática do paternalismo na Província do Piauí. Ou seja, o acordo mútuo entre contratantes e contratados corroborava para uma rede de desvirtuamento onde boa parte das verbas, víveres, medicamentos e roupas eram desviados e vendidos a preços exorbitantes por aqueles responsáveis pela distribuição desses recursos. Assim, há inúmeros pedidos de socorros que não sabemos se foram atendidos, como no caso do Francisco Nunes:

Pobre [cem mui] de subsistir-se, vem com o respeito que lhe é devido impetrar de V. Excia agrão de mandar, que pela a comissão de socorros públicos desta cidade, lhe seja fornecido algumas farinhas e seriaes, afim de puder sustentar sua mulher, a fome ardente que lhe consome⁸

⁷ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

⁸ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

Diante disso, surge uma pergunta? Se a comissão de socorros públicos não era suficiente para resolver a situação que lhes era atribuída naquele período de estiagem, quais foram as soluções encontradas pelas autoridades para sanar a problemática assolando a população de retirantes? Mesmo com as notícias das secas em algumas vilas do Piauí, a capital Teresina não foi afetada diretamente. Mas, por outro lado, Teresina não estava preparada para suportar o grande contingente de pessoas vindas das mais diversas localidades, provocando um desconforto naquela sociedade. Segundo a historiadora Maria Mafalda Balduino de Araújo no livro *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina* (1995), a solução encontrada pela elite foi

Com o intuito de controlar a população carente, que vivia perambulando pelas ruas da cidade e provocava conflito e angústia à sociedade, direcionava-se às Instituições Assistenciais, como o colégio de Órfãos, Colégio dos Educandos Artífices, Asilo de alienados e Asilo de Mendicidade, o que nos levou a analisar algumas dessas instituições, a partir de suas propostas e regimentos. (Araújo, 1995, p. 14)

Além disso, não devemos esquecer de que também havia o trabalho como ferramenta para disciplinar a população livre e pobre desprezados pela sociedade, pois, segundo o pensamento da elite naquele período, os migrantes eram os responsáveis por provocar a desordem e “cegar os olhos do Império”. Portanto, um empecilho para o ideal de civilização na mentalidade das autoridades naquele decurso.

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto, agente social este que, assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho — o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido “concedido” por obra e graça da lei de 13 de maio de 1888. Era este princípio supremo, o trabalho, que iria, até mesmo, despertar o nosso sentimento de “nacionalidade”, superar a “preguiça” e a “rotina” associadas a uma sociedade colonial e abrir desta forma as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados — e do capital — das nações europeias mais avançadas. (Chalhoub, 2012, p. 48)

Esse suposto projeto civilizador iniciou os primeiros passos com o Código Criminal do Império de 1830, o qual estava arraigado a um projeto de nação. Mas, nesse caso, esse projeto para incluir aquela leva de homens livres ainda estavam vinculados ao Antigo Regime, a uma certa tradição. Esse era o caráter moralizador das instituições - os olhos do império. Nesse projeto, a ideia de civilização partiria da Corte e seria como uma espécie de coração do Império bombeando o poder e a ordem para as regiões mais distantes. Logo, para ter a civilização era necessário a ordem moral.

Os sempre vigilantes olhos do imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização: o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem. Sob o olhar dominante e vigilante do Poder, o Progresso era a Conservação. A ação de vigilância pedia que o Poder estivesse localizado “mais alto e mais longe”, de modo a estar capacitado a olhar todo o território. Abrangendo todos os súditos que ele continha. Na corte – a cidade do Rio de Janeiro -, estavam os olhos do poder; o Município Neutro era sua expressão administrativa. Estes olhos vigilantes se apresentavam como a garantia da liberdade, impedindo tanto o movimento furtivo daqueles que pretendiam restaurar as trevas da dominação colonial quanto os atos dos que colocavam sempre em primeiro plano suas ambições pessoais e particulares. (Mattos, 1987, p. 203-204)

Esse tema foi pautado nos Congressos Agrícolas de 1878, período aquele em que a elite estava preocupada com a abolição e conseqüentemente com a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Assim, adveio um impasse em relação a utilização dos trabalhadores livres.

Para muitos congressistas este era o momento propício para aproveitar os milhares de braços ociosos que viviam nas margens das grandes propriedades, porém, faltava um meio eficiente de convergi-los para este serviço. No entanto, o trabalhador livre não era visto como um elemento condicionado ao emprego, permanente devido a sua natural indolência. (Diniz, 2020, p. 40)

“Indolentes, vagabundos, ociosos, arruaceiros, vivem de algo”, esses e outros adjetivos eram usados para designar aqueles sujeitos vivendo a vida livres e que não dependiam de uma coerção dos grandes senhores, pois o trabalhador livre, por ser livre, era juridicamente igual ao patrão (Martins, 2010).

Essa classe de indivíduos alcançou notoriedade com a obra *Formação do Brasil contemporâneo*, do historiador Caio Prado Júnior, evidenciando como esses sujeitos foram um obstáculo enorme para o Império pôr ordem em todo o território (sonho impossível para o Brasil com suas dimensões continentais). E mesmo que de forma pejorativa, a imagem apresentada por Caio Prado serve como análise e pesquisa, não somente para desconstruir, como também nos debruçar ainda mais nos estudos acerca desses livres e pobres nacionais.

Finalmente, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva, é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos “vadios”, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades (...) É entre estes desclassificados que se recrutam os bandos turbulentos que infestam os sertões, e ao abrigo de uma autoridade pública distante ou fraca hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas; ou pondo-se a serviço de poderosos e mandões locais, servem os seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam como estes Feitosas do Ceará, que durante anos levam o interior da capitania a ferro e fogo, e só foram dominados e presos graças a um estratagema do governador Oeynhausien. (...) Entregues a si mesmos, eles manteriam o sertão despolicado em constante polvorosa, e normalizariam o crime. (Prado Júnior, 1961, p. 281-282)

No Piauí, essa visão também estava presente, principalmente com a chegada dos migrantes do Ceará, pois muitos não se sujeitavam aos trabalhos em obras públicas ou nos núcleos coloniais análogos à escravidão e buscavam outros meios para sobreviverem. Algumas mulheres buscavam na prostituição, outras ofereciam seus serviços de lavadeiras em troca de comida; outros pediam esmolas, saqueavam, roubavam, viviam da pesca e da caça em beiras de rios. Sendo importante ressaltar que todo mundo trabalhava: da criança ao idoso, do sadio ao doente, do homem à mulher. Todos buscavam um jeito de conseguir um prato de comida ou recursos para não passar fome.

Assim, ter conhecimento da geografia local era importante, pois buscar recursos na Natureza era uma outra forma de resistência contra o mando e desmandos da elite local, com aquele discurso impregnado na mentalidade das elites que os migrantes estavam trazendo o “mundo da desordem”.

A presença desses rios, margeando a cidade de Teresina, facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das atividades mais frequentes das mulheres pobres da cidade. Também os rios possibilitavam o gosto pela pescaria, atividade de subsistência e lazer para a população carente. Geralmente era um trabalho coletivo, que dava muito prazer. Das matas e campos que margeavam esses rios o homem pobre retirava lenha para vender, plantas medicinais e comestíveis, como também realizava, nessas áreas, a caça de animais como preás, jacus, tamanduás, pacas, entre outros. Aproveitavam-se assim dos recursos naturais para se alimentar, usando de suas tradições culinárias nordestinas. Além desse tipo de alimentação não ter despesas, contribuía para subsistência dos migrantes pobres que viviam na cidade. (Araújo, 1995, p. 46)

E diante disso surgiram vários argumentos para que as pessoas saíssem dessa “ociosidade” e fossem trabalhar nas lavouras, pois esta estava em crise diante da falta de mão de obra, pois a transição do trabalho escravo para o livre iniciara e os grandes fazendeiros estavam preocupados com essa mudança. Assim, não por acaso o Ministro de Negócios e Agricultura, Comércio e Obras Públicas convocou os agricultores da região sudeste para tratar do assunto (Eisenberg, 1989).

Para começar, é notável que muita gente via no trabalhador livre nacional um fornecedor importante de mão-de-obra. Sete pessoas e mais uma comissão de Minas Gerais, seis homens do Rio de Janeiro, as duas comissões mistas de fluminenses e mineiros, três paulistas do Vale do Paraíba e um do Oeste se manifestaram nesse sentido. Os entusiastas do trabalhador livre nacional afirmaram que este vivia na ociosidade, estando desempregado ou subempregado, e por isso podia ser melhor aproveitado pela grande lavoura. Dos “muitos milhares de vagabundos e vadios”, somente “uma diminuta parte deles se aplica a algum serviço, trabalha um ou dois dias por semana, quando muito”. A comissão de lavradores mineiros de Baependi condenou essa “ociosidade”, justamente estigmatizada pela moral como a mãe dos vícios, que por sua vez são as mães dos crimes e que constituem um mal social que se ostenta sob proporções assustadoras no País. (Eisenberg, 1989, p. 144)

Assim, por meio dessas justificativas o governo e a elite na Província do Piauí criaram os núcleos coloniais para direcionar a grande massa de migrantes e pobres longe da capital Teresina e também usaram a força de trabalho disponível nas obras públicas, como a defesa que somente o trabalho poderia disciplinar o trabalhador livre e pobre, pois somente assim o Império poderia alcançar a ordem que tanto desejava. Na documentação das Comissões de Socorros Públicos do Piauí, são constantes os orçamentos para a construção de hospitais, cemitérios, etc., como no caso dessa lista orçamentária para a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

Tabela 3: Orçamento para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (réis)	Valor Total (réis)
1	Milheiros de [adobes (tijolos de barro)] a [24 réis]	2		4:000
2	Telhas postas na obra	1500	2	30:000
3	Carrada de pedras	50	64	32:000
4	Janelas de duas porções	25	4:000	100:000
5	Portas	12	2:000	24:000
6	Quartas de Cal a 1000	25	1:000	25:000
7	40 carradas de areia a 500		500	20:000
8	Tijollos de ladrilho			20:000
9	4 assentes			16:800
10	3500 tijolos de alvenaria a 1500	3500	1:500	52:500
11	1 [affal] a 128 por dia	1		38:000
12	1 mestre da obra a [??]	1		60:000
13	2 [estacas] de 20 palmos	2	3:000	6:000
14	2 linhas de 30 palmos	2	5:000	10:000
15	6 dusias de [??]	6	1:000	6:000

16	4 feixaduras ou braças	4	4:000	16:000
17	150 pregos	150		1:000
18	2 cabras de peitonil	2	4:000	8:000
19	Mão de obra			13:000

Fonte: ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 18 de agosto de 1878.

A mão de obra usada para as construções era a de trabalhadores livres e migrantes, pois, diante daquela grande massa de pessoas, obviamente haveria alguns com ofícios de pedreiro, carpinteiro, servente, marceneiro, etc., profissões estas de grande valia para uma política sedenta em empregar os sujeitos nas obras públicas para discipliná-los.

Assim, uma série de problemas seria evitada, como a criminalidade e a ociosidade. A materialização de tal discurso era revelada nas ações políticas e no estabelecimento de regras de conduta, de comportamento e utilização do tempo. Esta subordinação foi discutida entre os senhores. O discurso depreciativo das pessoas livres era nacional. (Júnior, 2019, p. 244)

No mesmo ano da construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, a pedido do Presidente da Província foi iniciada a construção de um cemitério. Imaginamos que essa construção tenha a ver com os números crescentes de mortos na capital, provocados pela fome ou doenças.

Esta comissão tem a honra de levar ao conhecimento de V. Exa que no dia 4 do corrente começa a obra da edificação do cemitério, mandato construir por V. Exa, segundo lhe foi comunicado pelo respectivo administrador.⁹

A procura por trabalhos era constante, tendo em vista que esse era um dos meios de sobrevivência diante daquela situação que se encontravam.

Sendo excessiva a affluencia de trabalhos, que prezam sobre esta comissão, resolvemos chamar para auxiliar-nos nesses trabalhos o alferes Benillo

⁹ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

Gonçalves Pereira a [arbitramos] a gratificação mensal de 30:000 réis, a contar do dia 1º do corrente (...).¹⁰

Os pobres livres se ocupavam simplesmente para ganhar alimentos para si e a extensa família. Afinal, “Quem não trabalha vive à custa dos trabalhos dos mais”. (Milet apud Eisenberg, 1989, p. 171). Esta frase era do francês Augusto Milet expressando bem a mentalidade dos donos de engenho que não se conformavam em ver que alguns dos homens livres e pobres buscarem o que a natureza lhes dava para sobreviverem. Essa insatisfação ainda estava vinculada ao imaginário do colonizador branco e patriarcal do período colonial, como escreveu o historiador Monteiro na tese intitulada “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: *terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888)*:

No entanto, a prevalência da elite em desdenhar desses homens estava relacionada às formas pelas quais esses sujeitos ganhavam a vida, pois estes praticavam seus negócios e trocavam suas pequenas produções com as comunidades vizinhas. Esses fazeres se davam em meio a um trabalho irregular, e era isso que incomodava os patronos, pois, ao que parece, essa “autonomia” quebrava a hierarquia social, pois, como resquício da sociedade colonial, os homens pobres deveriam ser submissos aos membros da elite (Monteiro, 2016, p. 88)

Essa temática do trabalho também foi pauta nas narrativas dos periódicos piauienses que usaram e abusaram desse assunto e a fizeram de um campo de disputas políticas, pois os jornais faziam denúncias contra aquele que estava no poder, na maioria dos casos, o Partido Conservador. Ou seja, a maioria das críticas foi do Partido Liberal e dos periódicos seguindo este partido. O trecho a seguir deixou a situação mais evidente, pois era uma crítica do jornal *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal.

Quererá alguém a prova de quanto é fácil censurar? Nenhum dever é mais elementar do que o do Estado em socorrer as vítimas de um tão grande flagelo, mas poder-se-ha negar que essa vida de esmolar por longos mezes exercerá sobre os nossos infelizes conterrâneos um efeito moral funestíssimo, fazendo-os perderem o hábito do trabalho? E o que se dá com todos os meios tentados até hoje. Chamar os imigrantes para a capital como fez um distinto presidente do Ceará, no intuito de fiscalizar melhor a distribuição dos gêneros, aglomerar em uma cidade uma população adventícia trez vezes maior que a própria, é atrair a peste, é matá-los mais

¹⁰ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

depressa pelas molestias do que morreriam pela fome, é sacrificar, além dos immigrantes, os habitantes. Reunil-os em núcleos, contractar com particulares sua alimentação, como fizeram as ultimas administrações do Piauí – alvitre que nós mesmo aceitamos, - é seguir um sytema de impossivel fiscalização na pratica, deixando fundamente suspeita de que nem os indigentes encontram alimento satisfactorio, nem o Estado paga aquilo somente devia pagar.¹¹

Como é possível observar, o tom do trecho anterior foi de várias críticas, tanto ao governo (na forma de denúncias) quanto aos migrantes, pois estes, segundo a fonte, estavam com o “mal costume” de depender somente das ajudas advindas da vida de mendicância e assim não queriam mais trabalhar. Além disso, havia uma outra preocupação: as doenças ocasionadas pela falta de cuidados, aglomerações e uma alimentação razoável.

A crítica do periódico possibilitou compreender que havia uma maior preocupação com os habitantes na capital com os migrantes. Mas, por outro lado, o jornal teceu críticas quanto à forma que o governo tratava a “problemática”, pois enviando os migrantes para longe estes ficariam distante da fiscalização, facilitando, assim, os mais diversos abusos. A atuação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí começara a enfraquecer no último ano da grande seca (1879), pois havia sinais de um inverno com chuvas.

3. Considerações finais

Portanto, diante do apresentado, procuramos mostrar como a atuação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí nos anos de 1877 a 1879 foi controversa, polêmica e marcada por um sistema de corrupção e como a inexistência ou a ineficácia de uma fiscalização rígida impedia que os remédios, verbas, víveres, etc. fossem desviados e não chegassem ao destino final: socorrer os necessitados. Os desvios de verbas públicas foi pauta na 37ª sessão de fevereiro de 1879 presidida pelo Senhor Visconde de Jaguaray, na qual o Presidente do Conselho (Cansação Sinimbú) e o

¹¹ BN/ HDB. Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”. Ano XIII 28/04/1878, p. 3.

Diogo Velho discutiam acerca das verbas destinadas à Comissão de Socorros Públicos, mas que foram usadas para despesas políticas:

- O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (Presidente do Conselho): – Seria bom que V. Ex. citasse os factos.
- O SR. DIOGO VELHO: – Poderei citar; cital-os-hei em tempo. E' exacto que os dinheiros e viveres destinados a socorrer as victimas da fome foram em grande parte applicados ás eleições.
- O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (Presidente do Conselho): – Não tenho conhecimento dos fatos.
- O SR. DIOGO VELHO: – Pois eu tenho, e em não pequeno número; mas não estou aqui para denunciar pessoa alguma. Si o nobre presidente do conselho quizer inteirar-se cabalmente da verdade, envie pessoas de sua especial confiança a essas províncias, institua sérios exames sobre as contas dos fornecimentos, e ficará convencido, de que muitos daquelles que receberam dinheiro e recursos sob o pretexto de socorrer as victimas da sêcca e fome, os em cousas muito differentes, locupletaram-se, fizeram até pecúlio.¹²

Ao final deste estudo, salientamos também que as Comissões de Socorros Públicos no Piauí tiveram um papel importante, de forma direta e indireta, na mentalidade da época, no processo de aceleração ao evidenciar o trabalho como moralizador e disciplinador, para aproveitar a grande massa de migrantes que chegavam à capital Teresina nas obras públicas e núcleos de colônias. Dessa forma, poderiam alcançar a ordem e o suposto progresso que tanto almejavam.

Cumpre-me comunicar-vos que se conserva inalteravel a tranquillidade publica, de que felizmente goza há tantos o imperio; prova incontestavel do progresso, que pela pratica de nossas instituições, tem feito o espirito da ordem (...) A saude publica não tem sido satisfatória no decurso do verão passado; febres de naturezas diversas se manifestaram nesta capital e em algumas provincia do norte, desenvolvendo-se também com intensidade, a epidemia da varíola. É de esperar que, por efeito das medidas tomadas para debelar as causas do mal, e com o favor do altíssimo, se consiga melhorar o estado sanitario. O flagelo da secca devasta dous anos uma parte considerável do norte do império, affligindo profundamente o Meu Coração. Para minorar as consequencias de tamanha calamidade, tem o governo empregado os meios á seu alcance,

¹² BRAZIL. Annaes do Senado do Império do Brazil: anno de 1879. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1879/1879%20Livro%202.pdf Acesso em: 16 jan. 2024.

fazendo remessas frequentes de gêneros alimentícios e fornecendo trabalho.¹³

Foram vários os discursos acerca do direcionamento das verbas públicas envolvendo as comissões de socorros públicos. Assim, não sendo difícil perceber os debates acalorados e as acusações naquelas instituições políticas. E diante desse enrosco foi exposto o que procuramos argumentar que nem sempre a história é de rupturas, mas também composta por continuidades, sejam boas ou ruins. No caso em questão, a chamada “indústria da seca” observada pelos estudiosos Monsenhor Chaves (2013) e Maria Mafalda Balduino de Araújo (1991; 1995).

Assim, concluímos enfatizando a necessidade de ampliarmos as pesquisas sobre a temática em foco, pois ainda são incipientes os trabalhos acerca da conexão de migrantes entre Ceará, Piauí e Maranhão. Portanto, sendo necessários mais estudos, pois, diante da grande quantidade de fontes que temos em mãos, há várias possibilidades de estudo sobre a temática para não somente compreender esse passado, bem como o presente.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

¹³ BN/ HDB. Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”. Ano XIV 08/01/1879, p. 4, grifo nosso.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

BN/HDB. **Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”.** Ano XIV 08/01/1879, p. 4.

BN/ HDB. **Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”.** Ano XIII 28/04/1878, p. 3.

BRAZIL. **Annaes do Senado do Império do Brazil:** anno de 1879. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

BRASIL. **Constituição (1824).** Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.

RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Baptista em 15.08.1877.

RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 01.06.1877.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla. A Casa e a Câmara: auto-governo dos povos nas Minas Setecentista. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; HEINZ, Karl (orgs). **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial.** Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII. Belém: Editora Açaí, v. 6, p. 43, 2014.

ARAÚJO, Maria. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí.** Teresina: UFPI, Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria. **Cotidiano e pobreza:** a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa.** Teresina: Fundação municipal de Cultura, 2013.

DINIZ, Leandro. A política de mão de obra no império brasileiro: da conturbada unificação à precarização do trabalho livre. **CLIO:** Revista de Pesquisa Histórica, Recife -Pernambuco, v. 38, n. 2, p. 25-52, 2020.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum:** flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos:** escravos e trabalhadores livres no Brasil- séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989.

GONÇALVES, Kércia. **Degradados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação, Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2022.

JÚNIOR, Darlan. Usos e abusos no mundo do trabalho: a desclassificação social dos trabalhadores no século XIX, na região do Cariri, Província do Ceará. **História Unisinos**, São Leopoldo - RS, v. 23, n. 2, p. 242-254, 2019.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MONTEIRO, Francisco. “[...] **cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Recife: UFPE-PE, 2016. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

MONTEIRO, Renata Felipe. Um monumento ao sertão? Expectativas diversas em torno da construção do açude Cedro, em Quixadá-CE (1884-1906). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-15, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1961.

SILVA, Márcio. **Emigrados do Sertão.** Teresina: Cancioneiro, 2024.